

APRESENTAÇÃO DOSSIÊ

O REFORMISMO CURRICULAR NO BRASIL E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O reconhecimento de que o processo de redemocratização em curso no âmbito do Estado brasileiro não representa uma ruptura com o disciplinamento societário capital, mas um reordenamento de seu metabolismo social, além de subscrever o conceito de democracia movimentado pela escola ao ideário da democracia de mercado, reconhece a própria escola, e o conjunto dos processos formativos que ela constrói, disciplinada pela relação trabalho e educação mediada pelo capital.

Esta subordinação agressiva chega na educação, ou seja, nas estratégias e instrumentos de reprodução destas relações sociais, tanto pelo seu disciplinamento técnico-pedagógico, inscrevendo os processos educacionais, assim como o trabalho, à proposta de ativo do capital, quanto pela flexibilização político-legal, comumente expressa no conjunto de reformas de mercado para a educação, aqui, tendo como representativa o reformismo curricular, com forte impacto para as políticas de formação de professores (RIBEIRO; GIARETA, 2020).

Estas reformas ganham consistência no sistema educacional Brasileiro, a partir da Constituição de 1988, viabilizando a discussão e elaboração de políticas assentadas sobre o ideário de currículo mínimo, currículo comum, parâmetros curriculares, diretrizes curriculares (CIAVATTA; RAMOS, 2012) e, atualmente, a denominada Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com impacto direto sobre a política de formação de professores.

Assim, as reformas do Estado brasileiro alinhadas às matrizes neoliberais, assumidas no denominado Consenso de Washington (1989), enquanto ideário político-econômico de reprodução das condições sociais capitalistas (MEIRA; GIARETA, 2020), responde pela sociabilidade que despontou no Brasil nos anos 1990 “[...] demandando uma educação capaz de conformar o ‘novo homem’ de acordo com os pressupostos técnicos, psicológicos, emocionais, morais e ético-políticos da ‘flexibilização’ do trabalho” (FALLEIROS, 2005, p. 211). Ordenamento que encontra aderência, inicialmente, na política dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), enquanto política de parametrização e

controle curricular induzida por políticas de avaliação centralizadas e externas à escola e pela tutela das práticas docentes pela via do chamado material (livro) didático (GIARETA, 2021).

Esta proposta, no contexto de forte disputa e resistência, passa a assumir um caráter de complementaridade à política de Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que, tanto desloca as disputas em torno à implementação dos PCNs, quanto responde satisfatoriamente ao reposicionamento demandado ao sistema de ensino face às exigências político-econômicas, que encerram a política curricular ao ordenamento restritivo da expressão capitalista da relação entre trabalho e educação (CIAVATTA; RAMOS, 2012, p. 29).

As referidas autoras passam a denominar este esforço político de regulação do sistema educacional brasileiro pela gestão curricular de “era das diretrizes”, indicando o esforço do sistema em regular a oferta, a atuação docente, por um aparato detalhado de elaboração de diretrizes, representado desde a definição de diretrizes por etapas da Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio), por modalidades de ensino (Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos, Educação Profissional), até a oferta de cursos de formação de professores (Curso de Pedagogia, Letras, História e demais cursos de licenciatura) somadas pela regulação da formação de professores na educação superior, a partir de diretrizes específicas.

É representativo deste disciplinamento a Resolução CNE_CP nº 01 de fevereiro de 2002, que institui as Diretrizes Curriculares nacionais para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena; e a Resolução CNE_CP nº 02 de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

Este esforço de constante readequação curricular da educação brasileira, em 2017, recebe a contribuição da nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enquanto reforma de mercado movimentada por agentes privados e de grupos financeiros organizados em torno do que se denominou de Movimento pela Base. Assentada sobre a promessa de uma transformação epistemológica da educação brasileira, face as novas exigências do mundo do trabalho, radicaliza o apego às matrizes de competências e habilidades que indica

responder por uma filiação conservadora, mais capacitada à fidelização técnica e ética dos indivíduos à aguda flexibilização e precarização excludente do que o reposicionamento político e epistemológico da educação para além do ordenamento capital (GIARETA, 2021).

A leitura atenta da Resolução CNE_CP nº 02 de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular no âmbito da Educação Básica, demonstra que seu grande esforço, além da implementação da BNCC em si, é induzir ampla reforma didática (material didático), de aprimoramento dos indicadores avaliativos (avaliação externa) e formativa (formação de professores).

Razão pela qual, o Conselho Nacional de Educação, ainda em 2019, homologou a proposta da BNC-Formação, pela Resolução CNE/CP Nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica, tornando sem efeito a Resolução CNE/CP Nº 2 de 2015 que estava orientando a reorganização curricular dos cursos de formação de professores nas Instituições de Ensino Superior no Brasil.

Contexto que justifica a presente chamada de pesquisas para composição de um dossiê capaz de reunir trabalhos que reflitam, tanto sobre o impacto deste ordenamento legal e político sobre a formação de professores, quanto indiquem para práticas e experiências já estruturadas a partir do referido ordenamento curricular em curso no Brasil desde a Constituição de 1988.

A chamada de pesquisa resultou na aprovação de sete artigos, o primeiro sob o título A Produção de Conhecimento sobre a BNCC como Pedagogia Curricular: Caracterização das Publicações em Artigos, Teses e Dissertações, trata de um esforço indicativo de possíveis características das discussões teórico-metodológicas da produção científica em curso no Brasil sobre a BNCC enquanto política curricular e sua centralidade face ao conjunto das políticas educacionais no sistema educacional brasileiro.

O segundo artigo, sob o título A Produção de Conhecimento na Formação de Professores: Uma Condição Indispensável, buscou pensar o papel do professor mediador face a nova Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Posicionando o desenvolvimento de metodologias diversificadas como exigência da própria BNCC busca compreender a relação do professor com a transmissão-produção de conhecimento.

O terceiro, sob o título Como os Estudantes Considerados com Deficiência atrapalham “os demais”? buscou estabelecer relações entre os discursos dos agentes políticos, no atual contexto das reformas educacionais, em relação às políticas de inclusão. Posicionamentos político-educacionais que demandam por estratégias de formação política dos professores e a defesa constante dos princípios da educação inclusiva.

O quarto, sob o título Residência Pedagógica e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência: Convergências em Torno da Configuração de um Professor Socorrista, busca elucidar a correlação entre os referidos programas, no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores no Brasil, de forma articulada às orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O quinto, sob o título O IFMS - Campus de Três Lagoas - Contra a Reforma do Ensino Médio, expressa uma pesquisa teórico-documental que analisa as contradições entre a reforma curricular do Ensino Médio promovida pela Lei 13.415 de 2017 e a política de educação integrada realizada pelos Institutos Federais, com destaque para a incidência reformista sobre a autonomia didático-pedagógica da Instituição de Ensino Superior, conseqüentemente, para a atuação, identidade e formação dos profissionais da educação que atuam nestas instituições.

O sexto, sob o título Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e os Impactos da Resolução 02/2019, propõe discutir a formação inicial de professores, com aporte no conceito de professor como intelectual em Giroux (1997), buscando evidenciar o tensionamento presente na Resolução 02/2019 (BNC-Formação), quanto a formação intelectual e autônoma do professor.

Por fim, o sétimo artigo, em forma de relato de experiência e sob o título Ensino de Operações de Frações para Estudantes Cegos: Uma Possibilidade de Adaptação Curricular, busca compreender os desafios e possibilidades, no contexto das reformas curriculares, do trabalho docente com o processo de ensino-aprendizagem de frações para estudantes cegos. O processo de adaptação curricular aqui descrito foi desenvolvido considerando as características e especificidades de aprendizagem de pessoas com cegueira e do ensino de matemática de maneira contextualizada.

Soma-se aos artigos uma Entrevista com a Professora Doutora Paula Roberta Miranda sobre o Cenário Educacional Atual no Estado do Paraná, buscando contribuições para os estudos relacionados ao cenário educacional brasileiro na perspectiva das políticas



educacionais, com destaque ao reformismo curricular e seus desdobramentos à formação e ao trabalho docente.

Paulo Fioravante Giaretta¹
Flavia Wegrzyn Magrinelli Martinez²
Organizadores

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição de (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília. Senado Federal, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Resolução nº 02 de 22 de dezembro de 2017**. Base Nacional Comum Curricular. Brasília. 2017. Disponível: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZ_EMBRODE2017.pdf. Acesso em: 25 novembro de 2021.


BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

ClAVATTA, M; RAMOS, M. A “era das diretrizes”: a disputa pelo projeto de educação dos mais pobres. **Revista Brasileira de Educação**. v. 17. nº 49, jan/abr. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/nDS3v6XBFdjG3jQGLRk687m/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 nov. 2021.


MEIRA, W. da S; GIARETA, P. F. A Mediação Capitalista sobre o Trabalho e as Implicações para a Educação: aproximações teóricas. **Colloquium Humanarum**. Presidente Prudente. v. 17, jan/dez. 2020, p. 108 – 118. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/3489>. Acesso em: 15 nov. 2021.

FALLEIROS, I. Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Básica e a Construção de uma Nova Cidadania. *In*: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org). **A Nova Pedagogia da Hegemonia: estratégias do capital para educar o consenso**. São Paulo: Xamã, 2005, p. 209-235.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil. E-mail: pfgiaretta27@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-0649-4756>

² Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil. E-mail: fwmartinez@uenp.edu.br

 <https://orcid.org/0000-0003-3540-4032>



GIARETA, P. F. Fundamentos político-pedagógicos da BNCC: considerações sobre o Estado educador e a produção de hegemonia. **Revista de Estudios Teóricos y Epistemológicos en Política Educativa**, v. 6, p. 1-17, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/retepe/article/view/18187>. Acesso em: 15 nov. 2021.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação?** 2ª ed. São Paulo: Cortêz, 2002.

RIBEIRO, F. M.; GIARETA, P. F. O reformismo educacional no contexto da mediação capital do trabalho: aproximações com as reformas curriculares em curso no Brasil. **Devir Educação**, v. 4, n. 2, p. 373-392, 2020. Disponível em: <http://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/280>. Acesso em: 15 nov. 2021.